

**MARINHA DO BRASIL**  
**DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA**

***(PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO QUADRO  
TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA/  
PS-T/2011)***

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE  
MATERIAL EXTRA**

**DIREITO**

- 1) A Lei Complementar 136, de 25 de agosto de 2010, que alterou a Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999, trouxe mudanças basicamente quanto à estrutura do Ministério da Defesa, à estrutura e política de Defesa Nacional e ao poder de polícia das Forças Armadas. Analise as assertivas abaixo e assinale aquela que traduz estas mudanças.
- (A) Estendeu o poder de polícia à Marinha do Brasil e à Força Aérea Brasileira para combater os crimes transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira, antes só conferido ao Exército Brasileiro.
  - (B) Conferiu às Forças Armadas a possibilidade de realização de prisões em flagrante delito por parte dos militares em relação a pessoas que estivessem cometendo delitos transfronteiriços e ambientais bem como a lavratura dos respectivos autos de prisão em flagrante.
  - (C) Passam a ser julgados pela Justiça Federal as operações na Faixa de Fronteira contra os crimes transfronteiriços e ambientais, por se entender que os militares não estavam no desempenho de funções de natureza militar.
  - (D) Estendeu o poder de polícia para combater os crimes transfronteiriços e ambientais às Forças Armadas, antes só conferido às polícias Militar, Civil e Federal.
  - (E) No exercício de poder de polícia contra delitos transfronteiriços e ambientais conferiu apenas ao Exército poderes para ações típicas de polícia, tais como: ações de patrulhamento, revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves, prisões em flagrante.

- 2) De acordo com o Código de Processo Penal Militar, em relação ao processo ordinário, assinale a opção CORRETA.
- (A) O processo ordinário inicia-se com a entrega da denúncia.
  - (B) Recebida a denúncia, o auditor providenciará, conforme o caso, o sorteio do Conselho Especial ou a convocação do Conselho Permanente de Justiça.
  - (C) O acusado preso assistirá a todos os termos do processo, salvo ao sorteio do Conselho Especial de Justiça.
  - (D) Serão ouvidas, em primeiro lugar, as testemunhas indicadas pela defesa. Após estas, serão ouvidas as testemunhas arroladas na denúncia e as referidas por estas, além das que forem substituídas ou incluídas posteriormente pelo Ministério Público.
  - (E) O auditor convidará os juízes a se pronunciarem sobre as questões preliminares e o mérito da causa, votando em primeiro lugar o presidente do Conselho de Justiça; depois, os juízes militares, por ordem inversa de hierarquia, e finalmente o auditor.
- 3) Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são processados e julgados, originariamente
- (A) sempre pelo STF.
  - (B) pelo STF nos crimes de responsabilidade, e pelo STJ, nas infrações penais comuns.
  - (C) pelo STJ nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.
  - (D) pelo STF nos crimes comuns e pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade.
  - (E) pelo STF nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, ressalvado no caso de crime de responsabilidade conexo com o praticado pelo Presidente e Vice-Presidente da República.

- 4) No que refere-se à Ordem Econômica e Financeira, é correto afirmar que:
- (A) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
  - (B) função social da propriedade, livre concorrência e propriedade pública são princípios da ordem econômica.
  - (C) cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
  - (D) o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país, não é permitido no ordenamento jurídico brasileiro configurando, sem sombra de dúvida, uma contraposição aos princípios da livre concorrência e da igualdade.
  - (E) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
- 5) Considerando os termos da Lei 5836/1972, que dispõe sobre Conselho de Justificação, assinale a opção correta.
- (A) O Conselho de Justificação é sempre composto de 3 oficiais da ativa da Força Armada do justificante, de posto superior ao seu.
  - (B) É dispensável a presença do acusado a todas as sessões do Conselho, sendo portanto a presença do defensor indispensável para a validade dos atos praticados pelo Conselho.
  - (C) Somente os oficiais da ativa ficam sujeitos a Conselho de Justificação, já que o mesmo é destinado a julgar a incapacidade do oficial para permanecer na ativa.
  - (D) O oficial que formulou a acusação é, obrigatoriamente, um dos membros do Conselho de Justificação.
  - (E) É da competência do STM julgar, em última instância, os processos oriundos de Conselho de Justificação a ele remetidos.

Prova : Rosa  
Profissão : DIREITO

Concurso : PS-T/2011

- 6) Tendo em vista a teoria geral dos recursos e considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.
- (A) O juiz é obrigado a receber o recurso de apelação, ainda que a sentença esteja em desconformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça.
  - (B) O relator da apelação negará seguimento ao recurso que estiver em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
  - (C) O relator do agravo, ainda que o acórdão recorrido esteja em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, não poderá conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial.
  - (D) Os embargos de declaração na sistemática do Código de Processo Civil, assim como na Lei 9.099/95, interrompem o prazo para a interposição de recursos.
  - (E) Ainda que o agravante deixe de requerer ao Tribunal, em preliminar, o conhecimento do agravo retido, por se tratar de matéria de ordem pública, estará o Tribunal obrigado a julgar a matéria.
- 7) Considerando as disposições gerais dos direitos reais, assinale a opção correta.
- (A) A obrigação *propter rem*, também conhecida como ambulatória, pode, face à autonomia da vontade, ser inserida livremente nos negócios jurídicos pelos particulares.
  - (B) O conceito de posse, contido no art. 1.196 do Código Civil, adota a teoria objetiva de Ihering sobre a posse, não sendo esta o poder físico sobre a coisa, mas sim a exteriorização da propriedade.
  - (C) A posse natural é um dos efeitos inerentes da aquisição da propriedade, mesmo que não haja detenção material da coisa.
  - (D) Embora a usucapião seja considerada como uma das formas de aquisição da propriedade, somente com o registro da sentença que reconhecê-la no Cartório de Registro de Imóveis é que se finalizará o processo aquisitivo da mesma.
  - (E) A sentença que reconhece a usucapião possui conteúdo predominantemente constitutivo, já que a aquisição da propriedade surge com o ato judicial mencionado.

- 8) No tocante ao tema "ato administrativo", é correto afirmar, de acordo com José dos Santos Carvalho Filho, que:
- (A) atos administrativos compostos são aqueles cuja vontade final da Administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia, ou conteúdo próprio, em cada uma das manifestações.
  - (B) licença para exercer profissão regulamentada em lei é exemplo de ato vinculado não havendo, por isso, campo para a incidência da discricionariedade do administrador, refletindo apenas o atendimento das disposições legais.
  - (C) existem duas formas possíveis de invalidação: uma processada pelo Judiciário e outra pela própria Administração, ambas atingindo apenas os atos vinculados com vício de legalidade.
  - (D) o ato de convalidação tem efeitos ex-nunc, uma vez que só pode produzir efeitos a partir de sua vigência.
  - (E) em face de ato contaminado por vício de legalidade, o administrador deve, sempre e a qualquer tempo, anulá-lo, não havendo limitações ao dever de invalidá-los.
- 9) Acerca do direito do réu ao silêncio, de acordo com o mais recente entendimento jurisprudencial do STF e citado na doutrina "Processo Penal e Constituição", de Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Tem natureza jurídica de direito público subjetivo.
  - (B) É aplicado para o indiciado e para o réu.
  - (C) A sua inobservância é considerada como nulidade relativa.
  - (D) Não pode ser interpretado de modo prejudicial ao réu.
  - (E) Garante ao réu negar-se a participar da reconstituição do crime.

- 10) Em relação aos Juizados Especiais Federais (Lei 10.250/01) é correto afirmar que:
- (A) as demandas que tramitam pelo procedimento previsto nessa lei não estão dispensadas do reexame necessário.
  - (B) a execução de obrigação de fazer será efetuada mediante encaminhamento de ofício do juízo ao órgão responsável.
  - (C) os valores a serem recebidos, em virtude da procedência do pedido autoral, estão necessariamente subordinados ao regime de precatórios.
  - (D) se o valor a ser executado ultrapassar o limite máximo permitido, a consequência legal é a modificação da competência.
  - (E) assim como na Lei 9.099/95, está vedada a presença no polo ativo de pessoas jurídicas.
- 11) Quanto às Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale, a opção correta.
- (A) Podem ser criadas pela Câmara e pelo Senado federal, em conjunto ou separadamente, independente de requerimento, para apuração de fato determinado e por prazo certo.
  - (B) Possuem poderes de investigação próprios das autoridades policiais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.
  - (C) Podem decretar a quebra do sigilo bancário, fiscal e de comunicações telefônicas dos investigados, dispensada a fundamentação em cada caso.
  - (D) Estão autorizadas a determinar a quebra de sigilo bancário, pois possuem os mesmos poderes investigatórios da autoridade policial.
  - (E) Podem solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, pois possuem os mesmos poderes da autoridade judicial.

- 12) No que tange à extinção dos contratos na sistemática do Código Civil, assinale a opção correta.
- (A) A execução não é a forma mais usual de extinção dos contratos.
  - (B) A resolução por onerosidade excessiva, como regra geral, se aplica aos contratos aleatórios.
  - (C) A rescisão, que pode ser unilateral ou bilateral, ocorre quando a(s) parte(s) manifesta(m) a vontade de extinguir o contrato.
  - (D) O distrato, mesmo caracterizando-se uma retratação bilateral do contrato, não necessita ser feito da mesma forma que o contrato originário.
  - (E) A morte de um dos contratantes produzirá sempre a extinção do contrato.
- 13) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do artigo 110 do Código Penal (prescrição depois de transitar em julgado a sentença final condenatória), regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em
- (A) quinze anos, se o máximo da pena for superior a treze.
  - (B) doze anos, se o máximo da pena for superior a oito anos e não exceder a doze.
  - (C) nove anos, se o máximo da pena for superior a quatro anos e não exceder a oito.
  - (D) seis anos, se o máximo da pena for superior a dois anos e não exceder a três.
  - (E) três anos, se o máximo da pena for inferior a um ano.
- 14) Em relação às disposições do Código Civil acerca do negócio jurídico, assinale a opção correta.
- (A) É anulável o negócio jurídico simulado.
  - (B) O prazo decadencial para pleitear a anulação de negócio jurídico anulável, via de regra, é de 2 anos.
  - (C) O negócio jurídico nulo, embora insuscetível de confirmação, convalesce com o tempo.
  - (D) São requisitos de validade do negócio jurídico: agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei.
  - (E) A nulidade e a anulabilidade podem ser pronunciadas de ofício.



- 15) Acerca do direito sucessório no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção INCORRETA.
- (A) A abertura de sucessão se dá com a morte da pessoa.
  - (B) Há transferência de bens e direitos entre comorientes.
  - (C) O princípio da *saisine* permite a transferência da posse a herdeiro que estiver em território estrangeiro.
  - (D) A indivisibilidade da herança permite que qualquer co-herdeiro a reclame no todo ou em parte de terceiro.
  - (E) A cessão gratuita da herança equivale à doação e a da onerosa à compra e venda.
- 16) Uma Praça da Marinha do Brasil (MB) fez transação de caráter comercial no interior do navio em que servia, a exemplo de um Oficial da ativa que também comerciava a bordo. De acordo com o Código Penal Militar e Regulamento Disciplinar da Marinha, a Praça e o Oficial respondem, respectivamente, por
- (A) crime comum e crime militar.
  - (B) contravenção disciplinar e crime militar.
  - (C) crime militar e contravenção disciplinar.
  - (D) crime militar e crime militar.
  - (E) contravenção disciplinar e crime comum.
- 17) Quanto à classificação dos contratos preconizada por Carlos Roberto Gonçalves em sua obra "Direito Civil Brasileiro", vol.III/2007, é correto afirmar:
- (A) o contrato bilateral imperfeito seria o contrato unilateral que por circunstância acidental, ocorrida no curso da execução, gera alguma obrigação para o contratante que não se comprometera.
  - (B) o contrato de comodato seria exemplo clássico de contrato consensual, eis que somente gera efeitos a partir da entrega da coisa, já que o ordenamento jurídico brasileiro não permite a realização de contratos reais.
  - (C) como regra, existe responsabilidade civil por descumprimento das tratativas preliminares.
  - (D) a teoria geral dos contratos não admite que um contrato comutativo se torne aleatório, sendo causa de nulidade.
  - (E) para a caracterização do contrato aleatório é indispensável que a álea seja bilateral.

- 18) Considerando a doutrina de Pedro Lenza, na obra "Direito Constitucional Esquemático" (2010), sobre Hermenêutica Constitucional, é INCORRETO afirmar que:
- (A) a mutação constitucional consiste na interpretação constitucional evolutiva.
  - (B) pelo princípio da unidade da Constituição, a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira a evitar contradições entre suas normas.
  - (C) o método de interpretação constitucional denominado tópicoproblemático parte de um problema concreto para a norma, atribuindo-se à interpretação um caráter prático na busca da solução dos problemas concretizados.
  - (D) pelo princípio da concordância prática ou da harmonização, deve-se dar, na solução dos problemas jurídico-constitucionais, primazia aos critérios ou pontos de vista que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política.
  - (E) a chamada interpretação conforme a Constituição, somente é viável quando a norma constitucional apresentar vários significados, uns compatíveis com a Constituição, que, por isso, devem ser preferidos pelo intérprete, e outros com ela inconciliáveis.
- 19) O filho de um cabo da Marinha do Brasil foi condenado por crime comum, a pena de restrição de direitos com prestação de serviço à comunidade. Acontece que a decisão judicial permitiu que o referido cabo substituísse o filho (terceiro absolutamente estranho ao ilícito penal) na prestação de serviços à comunidade. Em relação à pena no presente caso, ocorreu violação do princípio
- (A) da incontagiabilidade.
  - (B) da impessoabilidade.
  - (C) do *in dubio pro reo*.
  - (D) da transcendência.
  - (E) do *bis in idem*.

20) Em relação ao Estado de Defesa e Estado de Sítio, analise as afirmativas abaixo.

- I - O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar Estado de Defesa para preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública ou a paz social.
- II - O tempo de duração do estado de sítio é, no máximo, de 30 dias, podendo ser prorrogado por novos períodos de até 30 dias, quantas vezes se mostrar necessário.
- III- No estado de defesa é possível a restrição temporária aos direitos de reunião, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- IV - Na vigência do estado de sítio, não se admitem restrições à necessidade de ir e vir, nem à inviolabilidade de correspondência.
- V - Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas III e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

- 21) Segundo o publicista Leonardo José Carneiro da Cunha, na obra "A Fazenda Pública em Juízo", em relação às execuções em mandado de segurança, é correto afirmar que:
- (A) tendo em vista o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, é incabível o recebimento de valores oriundos da condenação da Fazenda Pública em mandado de segurança, mesmo que esses valores sejam efeitos indiretos da condenação.
  - (B) o recebimento de valores decorrentes de sentença condenatória em mandado de segurança, na qual o Erário tenha sido condenado a obrigação de pagar, sujeitar-se-á às regras do cumprimento de sentença previstas no Código de Processo Civil.
  - (C) com a reforma processual realizada pela Lei 11.232/05, foi extinta qualquer forma de execução contra a Fazenda Pública.
  - (D) os valores a serem recebidos como consectários da condenação em mandado de segurança deverão ser pleiteados por processo de execução na forma do art. 730 e 731 do CPC, a serem recebidos por precatórios ou requisição de pequeno valor.
  - (E) é possível a execução provisória em face da Fazenda Pública, já que, para a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, é desnecessário o trânsito em julgado da decisão.
- 22) Assinale a opção correta em relação ao cumprimento de sentença disciplinado no Capítulo X do Código de Processo Civil.
- (A) Ajuizada ação rescisória, a execução de sentença transitada em julgado deixa de ser definitiva.
  - (B) Ainda que a sentença contenha parte líquida e ilíquida, é possível a execução simultânea nos mesmos autos.
  - (C) A impugnação ao cumprimento da sentença, via de regra, é despida de efeito suspensivo.
  - (D) O cumprimento da sentença efetuar-se-á sempre perante o juízo que processou a causa no primeiro grau.
  - (E) É vedado ao juízo determinar de ofício a intimação da parte vencida para que a mesma efetue o cumprimento da sentença.

- 23) De acordo com o Informativo nº 456 do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção que corresponde a um dos requisitos para aplicação da teoria da encampação no mandado de segurança.
- (A) Presença de direito líquido e certo.
  - (B) Necessidade da autoridade coatora ser federal.
  - (C) Vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou as informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.
  - (D) Modificação de competência estabelecida na CRFB/1988.
  - (E) A autoridade apontada como coatora não se manifestar acerca do mérito nas informações prestadas.
- 24) Em relação à composição e à formação do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, são impedidos de servir no mesmo Conselho
- (A) empregador e empregado.
  - (B) irmãos e ex-cunhados.
  - (C) primo e prima.
  - (D) ascendentes e descendentes.
  - (E) marido e ex-esposa.
- 25) Assinale a opção correta, em relação às obrigações alimentares estipuladas de acordo com o Código Civil:
- (A) Malgrado se alcance a capacidade civil aos 18 anos, a orientação jurisprudencial que prepondera é do genitor estar obrigado a prestar os alimentos enquanto o filho for estudante universitário.
  - (B) A ação revisional de alimentos deve ser proposta no mesmo juízo onde foi instituída a obrigação alimentar por força de decisão judicial.
  - (C) A obrigação alimentar dos avós é solidária à dos pais, existindo mesmo que os pais possam, mas não queiram, prestar alimentos.
  - (D) Ocorrido o falecimento de quem está obrigado a prestar alimentos, a demanda alimentícia deve ser proposta em face do espólio.
  - (E) Mesmo que o credor atente contra a vida do devedor alimentício, não cessa o dever a prestar os alimentos.

- 26) Considerando as prescrições acerca dos deveres das partes e dos seus procuradores, previstas no Capítulo II do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.
- (A) É dever somente das partes expor os fatos em juízo conforme a verdade.
  - (B) É dever das partes e dos procuradores proceder com lealdade e, sempre que possível, com boa-fé.
  - (C) é permitido aos procuradores praticar atos inúteis à defesa do direito.
  - (D) é dever dos procuradores, e não das partes cumprir os provimentos mandamentais com exatidão.
  - (E) O militar pode sofrer imposição de multa pessoal pelo cumprimento de decisão judicial fora do prazo.
- 27) Em relação ao tema "Responsabilidade Civil" do Estado, segundo os ensinamentos de José dos Santos Carvalho Filho, assinale a opção correta.
- (A) A responsabilidade civil do Estado, nos casos de condutas omissivas, só se desenhará quando presentes estiverem os elementos que caracterizam a culpa.
  - (B) A Constituição Federal de 1988 veda a responsabilidade do Estado por ato comissivo ainda que a Administração tenha observado o princípio da legalidade na prática desse ato administrativo.
  - (C) Os danos causados ao indivíduo, em decorrência exclusivamente de atos de multidões, acarreta a responsabilidade civil do Estado.
  - (D) As concessionárias de serviço público, em razão de serem pessoas jurídicas de direito privado, não respondem objetivamente pelos atos que praticarem, tendo apenas responsabilidade subjetiva.
  - (E) Direito de regresso é assegurado ao Estado no sentido de dirigir sua pretensão indenizatória contra o agente responsável pelo dano, apenas quando este tiver agido com dolo.

- 28) Com relação à Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) ou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), segundo a Doutrina de Pedro Lenza, na Obra Direito Constitucional Esquemático (2010), é correto afirmar que:
- (A) a mesa do Congresso Nacional tem legitimidade para propor a ADI e a ADC.
  - (B) a ADI e ADC podem ser propostas perante o Supremo Tribunal Federal para declarar a constitucionalidade/inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual.
  - (C) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
  - (D) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo.
  - (E) de modo geral, o Supremo Tribunal Federal entende que a decisão que reconhecer a inconstitucionalidade da lei em ação direta de inconstitucionalidade começa a produzir todos os seus efeitos a partir do trânsito em julgado.

29) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, coloque F(falso) ou V(verdadeiro) nas afirmativas abaixo.

- ( ) A pena de morte em tempo de paz pode ser introduzida no Brasil por meio de emenda constitucional.
- ( ) O estrangeiro não será extraditado em razão de prática de crime político ou de opinião.
- ( ) É garantida a liberdade para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as condições do mercado, vedadas quaisquer exigências legais sobre qualificação profissional.
- ( ) As garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, são asseguradas aos litigantes nos processos judiciais e administrativos.
- ( ) A casa é o asilo inviolável do indivíduo, nela ninguém pode penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.

Assinale a opção correta.

- (A) (V) (F) (F) (V) (F)
- (B) (F) (V) (V) (V) (F)
- (C) (F) (V) (V) (F) (V)
- (D) (F) (V) (F) (V) (F)
- (E) (V) (V) (F) (V) (V)



- 30) De acordo com o Código Penal Militar (CPM), assinale a opção que NÃO apresenta crimes militares em tempo de guerra.
- (A) Os especialmente previstos no CPM para o tempo de guerra.
  - (B) Os crimes militares previstos para o tempo de paz.
  - (C) Os crimes previstos no CPM, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, quando praticados, qualquer que seja o agente, em território estrangeiro militarmente desocupado.
  - (D) Os crimes previstos no CPM, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, quando praticados, qualquer que seja o agente, em qualquer lugar, se comprometem ou podem comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares ou, de qualquer outra forma, atentam contra a segurança externa do País ou podem expô-la a perigo.
  - (E) Os crimes definidos na lei penal comum ou especial, embora não previstos no CPM, quando praticados em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.
- 31) Uma Praça da Marinha do Brasil, que serve em Organização Militar em terra, foi licenciada às 17:00 horas do dia 1º e deveria regressar às 08:00 horas do dia 2 do mesmo mês, tendo deixado, no entanto, de fazê-lo. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, a deserção será consumada em que dia do referido mês?
- (A) 8
  - (B) 9
  - (C) 10
  - (D) 11
  - (E) 12
- 32) O Comandante de uma Organização Militar da Marinha (OM) instaurou Inquérito Policial Militar (IPM) para apuração de fato que possa constituir crime militar. O prazo inicial foi de 40 dias, entretanto, existiu a necessidade de diligências indispensáveis à elucidação do fato. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, quem poderá prorrogar o prazo do IPM?
- (A) Autoridade Militar Superior.
  - (B) Ministério Público Militar .
  - (C) Comandante da OM.
  - (D) Juiz-Auditor Militar.
  - (E) Encarregado do IPM.

Prova : Rosa  
Profissão : DIREITO

Concurso : PS-T/2011

33) Considere a situação hipotética a seguir.

Mauro trafica drogas do Brasil para o Paraguai e para o Uruguai. Paulo, brasileiro e amigo de Mauro, trafica drogas apenas no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com entendimento sumulado do STF, Mauro e Paulo irão ser processados e julgados por crimes relativos a entorpecentes no Brasil, respectivamente, pelas justiças

- (A) eleitoral e estadual.
- (B) estadual e federal.
- (C) federal e estadual.
- (D) militar e federal.
- (E) do trabalho e militar.

34) Um militar do serviço ativo da Marinha do Brasil, sem conhecimento de seu Comandante, inscreve-se em concurso público para cargo civil permanente e obtém aprovação entre os primeiros lugares. Sem comunicar esse fato à Administração Militar, toma posse no referido cargo e posteriormente se apresenta em sua Organização Militar e noticia esse fato a quem de direito. Face ao ocorrido, assinale a opção correta.

- (A) A posse no cargo civil permanente foi ilegal, face a vedação constitucional à acumulação de cargos públicos.
- (B) A posse do militar no mencionado cargo é ilegal pois deveria ter sido precedida de autorização de seu Comandante.
- (C) Esse militar pode ser alvo de sanções disciplinares por ter escondido a posse de seu Comandante.
- (D) Caso o militar se arrependa de ter deixado o serviço ativo da Marinha poderá pleitear seu retorno ao mesmo.
- (E) A posse de militar em cargo público permanente acarreta a sua transferência para a reserva, por força de norma constitucional.

- 35) Acerca da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), assinale a opção INCORRETA.
- (A) Lei ou ato normativo municipal que contrariar a Constituição será objeto de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
  - (B) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental será apreciada pelo STJ (competência originária), na forma da lei.
  - (C) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental será irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.
  - (D) A decisão sobre Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental será proferida pelo *quorum* de maioria absoluta, desde que presente o quorum de instalação da sessão de julgamento.
  - (E) Faculta-se ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil a propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- 36) Assinale a opção INCORRETA acerca da teoria geral das obrigações.
- (A) A distinção entre obrigação de meio e de resultado não é apenas doutrinária, já que, quanto aos efeitos do inadimplemento, ambas diferem.
  - (B) Não será de resultado a obrigação, se o cirurgião plástico não garantir ao cliente o resultado esperado.
  - (C) Estará assumindo apenas obrigação de meio o advogado que, ao ser procurado pelo cliente, garantir-lhe a vitória na demanda.
  - (D) Na obrigação de resultado, somente quando o fim prometido é alcançado o devedor se exonera.
  - (E) Existem dívidas de certos jogos que não podem ser qualificadas como obrigações naturais.

- 37) De acordo com a Lei nº 8.457/1992 (Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares), assinale a opção INCORRETA em relação ao Conselho Permanente de Justiça.
- (A) O Conselho Permanente de Justiça é constituído pelo Juiz-Auditor, por um oficial superior, que será o presidente, e três oficiais de posto até capitão-tenente ou capitão.
  - (B) Compete ao Presidente do Conselho Permanente de Justiça formular ao réu, ofendido ou testemunha suas perguntas e as requeridas pelos demais juízes, bem como as requeridas pelas partes para serem respondidas por ofendido ou testemunha.
  - (C) O sorteio dos juízes do Conselho Permanente de Justiça é feito pelo Juiz-Auditor, em audiência pública, entre os dias cinco e dez do último mês do trimestre anterior, na presença do Procurador e do Diretor de Secretaria.
  - (D) Compete ao Conselho Permanente de Justiça processar e julgar acusados que não sejam oficiais, nos delitos previstos na legislação penal militar.
  - (E) Os juízes militares do Conselho Permanente de Justiça são sorteados dentre oficiais de carreira, da sede da Auditoria, com vitaliciedade assegurada, recorrendo-se a oficiais no âmbito de jurisdição da Auditoria, se insuficientes os da sede e, se persistir a necessidade, excepcionalmente a oficiais que sirvam nas demais localidades abrangidas pela respectiva Circunscrição Judiciária Militar.

38) Um segundo-sargento da Marinha do Brasil, inconformado pelo fato de não ter sido promovido à graduação de primeiro-sargento juntamente com sua turma, resolve ajuizar imediatamente demanda judicial com o fito de obter a mencionada promoção. Obtém em sede de liminar a satisfação desse direito, sendo a Administração Militar obrigada a efetuar sua promoção no prazo marcado pelo juízo. Passados 10 anos da concessão da liminar, o mesmo juízo, entendendo que os motivos que levaram a Marinha a não proceder à promoção do militar foram legais, julga o pedido do autor improcedente e cassa a liminar outrora deferida. Ante a não propositura do recurso cabível e com base nas normas do Código de Processo Civil acerca da execução provisória das decisões judiciais, assinala a opção correta.

- (A) Nesse caso, aplicando-se a teoria do fato consumado, de farta utilização por nossa jurisprudência nacional, é inquestionável que o juízo, mesmo com a improcedência do pedido, garanta a permanência do militar na graduação de primeiro-sargento.
- (B) Tendo em vista a consumação da prescrição quinquenal, o julgado carece de efetividade.
- (C) Decorridos 10 anos da data do deferimento da liminar, seria imperioso o julgamento do pedido procedente, com base na prescrição, prevista no art. 269, IV, do CPC.
- (D) Por causa da grande demora no julgamento da lide, seria recomendável que o juízo julgasse procedente o pedido e concedesse a promoção, devido a existência do princípio da duração razoável do processo, de índole constitucional.
- (E) Aplicando-se por analogia às decisões liminares, as regras da execução provisória das sentenças, a Administração Naval, após a intimação da decisão, tornará sem efeito a promoção do militar demandante, voltando o mesmo a ocupar a graduação de segundo-sargento.

- 39) O art. 23 da Lei nº 12.016/09, que disciplina o mandado de segurança, possui a seguinte redação: "O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado". Assinale a opção que servirá de fundamento processual para a prolação da sentença quando o magistrado aplicar esse dispositivo legal ao caso concreto.
- (A) Decadência, contida no art. 269, IV, do CPC (Código de Processo Civil).
  - (B) Prescrição, prevista no art. 269, IV, do CPC.
  - (C) Perempção, prescrita no art. 267, V, do CPC.
  - (D) Ausência de uma das condições para o regular exercício do direito de ação (art. 267, VI, do CPC).
  - (E) Renúncia, elencada no art. 269, V, do CPC.
- 40) O Artigo 145, parágrafo 1º da Constituição Federal, estabelece que, "sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte". A qual princípio constitucional expresso, conexo com os direitos fundamentais, tal assertiva se refere?
- (A) Da isonomia tributária.
  - (B) Da generalidade, universalidade e progressividade do imposto.
  - (C) Da progressividade dos impostos sobre a propriedade urbana e rural.
  - (D) Da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos.
  - (E) Do devido processo legal nas esferas administrativa e judicial, em matéria fiscal.

41) Segundo dispositivo expresso na Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Trata-se o presente texto de limitação ao poder de autotutela da Administração, agora convertida em direito positivo, consolidando cada vez mais qual princípio da Administração Pública?

- (A) Segurança jurídica.
- (B) Moralidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Razoabilidade.
- (E) Eficiência.

42) Acerca do tema "Servidores Públicos", analise as afirmativas abaixo.

- I - Ao servidor público investido em mandato de prefeito haverá afastamento compulsório, podendo o mesmo optar pela remuneração que lhe convier.
- II - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral ao tempo de serviço de caráter indenizatório, sendo esta a natureza jurídica da disponibilidade.
- III- As exceções constitucionalmente admitidas à regra de vedação de acumulação de cargos públicos dependem apenas da compatibilidade de horários.
- IV - Recondução é uma das formas de provimento derivado pelo qual a Administração retorna o aposentado ao serviço público, não alcançando os compulsoriamente aposentados.
- V - O servidor público, ainda que estável, só poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; por demissão, em razão de falta disciplinar; por exoneração, em razão de insuficiência de desempenho ou, excepcionalmente, também por exoneração, para cumprimento de limites constitucionais de despesas com pessoal.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas II, IV e V são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, II, IV e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.



43) Sobre o tema "contratos administrativos", de acordo com José dos Santos Carvalho Filho, analise as afirmativas abaixo.

- I - As denominadas cláusulas exorbitantes, no contrato administrativo, são aquelas impostas pelo administrador, tendo em vista a finalidade do serviço público, de molde a proporcionar à Administração adequado equilíbrio contratual, visando à igualdade das partes.
- II - Para que se reconheça o instituto do contrato administrativo, basta que o respectivo acordo de vontades vincule, num polo, pessoa jurídica de direito público, quer da Administração direta, quer da Indireta.
- III- Pode-se dizer que, ocorrendo uma alteração legislativa a determinar uma mudança no contrato celebrado pela Administração com o particular, essa celebração, feita pelo Administrador em razão de novo preceito, insere-se no contexto de fato do príncipe.
- IV - O efeito da declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, já que a invalidação produz efeitos ex-nunc.
- V - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a dois anos são exemplos de ato administrativo que traduzem sanções pela inexecução total ou parcial do contrato.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as alternativas II, III e V são verdadeiras
- (B) Apenas as alternativas IV, e V são verdadeiras
- (C) Apenas as alternativas I, III e V são verdadeiras
- (D) Apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras
- (E) Apenas as alternativas III e V são verdadeiras

- 44) Quanto a "Licitações Públicas", assinale a opção correta.
- (A) O princípio do julgamento objetivo exige que o ato decisório, através do qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa, restrinja-se a aplicar apenas os critérios quantitativos e qualificativos também vinculados: na lei, no regulamento e, especificamente, no ato convocativo.
  - (B) No convite, a ausência de apresentação efetiva de pelo menos 3 (três) propostas sempre impõe a realização de nova licitação, ainda que, por limitação do mercado ou desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes.
  - (C) Dependendo de seu custo, ressalvada a hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação, a contratação de bens e serviços comuns pode ser precedida de pregão.
  - (D) A inexigibilidade de licitação não pode se dar para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular com profissionais de notória especialização em serviços de publicidade.
  - (E) As propostas que não atenderem às condições do instrumento convocatório serão desclassificadas, não podendo ser comparadas com as demais para efeito de julgamento; se todas forem desclassificadas, a Administração, de imediato, cancelará e abrirá um novo procedimento licitatório, não podendo dar um novo prazo para apresentação de novas propostas.
- 45) De acordo com o Código Penal Militar, no crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de
- (A) 30 anos para Praça.
  - (B) 45 anos para Oficial.
  - (C) 35 anos para Praça.
  - (D) 55 anos para Oficial.
  - (E) 60 anos para Oficial.
- 46) De acordo com o Código Penal Militar, no Brasil, em tempo de guerra, a pena de morte é executada por
- (A) afogamento.
  - (B) enforcamento.
  - (C) cadeira elétrica.
  - (D) injeção letal.
  - (E) fuzilamento.

47) Na Federação Brasileira, no que tange à repartição de competências legislativas é correto afirmar que:

- I - é competência privativa da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, desapropriação, trânsito e transporte, regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.
- II - é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- III- os Municípios tem competência suplementar para suprir lacunas da legislação federal e estadual, mas sem contraditá-las, e competência exclusiva para assuntos de interesse local.
- IV- a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrária.
- V - no âmbito da legislação concorrente, a competência da União, limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Assinale a opção correta:

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I, e II são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas IV e V são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

48) Considere a situação hipotética a seguir, que apresenta informações fictícias.

Pedro, para consumir o roubo do veículo de Paulo, empregou violência suficiente que acarretou na morte de Paulo. Entretanto, Pedro não conseguiu subtrair o veículo da vítima. Conforme entendimento sumulado do STF, Pedro cometeu o crime de

- (A) roubo simples.
- (B) furto qualificado.
- (C) homicídio.
- (D) latrocínio.
- (E) extorsão.

- 49) Nos termos da Medida Provisória nº2215-10, de 31 de agosto de 2001, quando suspende-se temporariamente o direito do militar à remuneração?
- (A) Na situação de desertor.
  - (B) Condenado à pena restritiva de liberdade.
  - (C) Em licença para tratamento de saúde de pessoa da família.
  - (D) Estiver respondendo a Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação.
  - (E) Em licença para tratamento de saúde própria.
- 50) De acordo com o Código de Processo Penal Militar, em relação ao processo de crime de insubmissão assinala a opção INCORRETA.
- (A) Consumado o crime de insubmissão, o comandante, ou autoridade correspondente da unidade para que fora designado o insubmisso, fará lavrar o termo de insubmissão, circunstanciadamente, com indicação de nome, filiação, naturalidade e classe a que pertencer o insubmisso e a data em que este deveria apresentar-se, sendo o termo assinado pelo referido comandante, ou autoridade correspondente, e por duas testemunhas idôneas, podendo ser impresso ou datilografado.
  - (B) O termo, juntamente com os demais documentos relativos à insubmissão, tem o caráter de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, sendo o instrumento legal autorizador da captura do insubmisso, para efeito da incorporação.
  - (C) O insubmisso que se apresentar ou for capturado terá o direito ao quartel por menagem e será submetido à inspeção de saúde. Se incapaz, ficará isento do processo e da inclusão.
  - (D) Recebido o termo de insubmissão e os documentos que o acompanham, o Juiz-Auditor determinará sua atuação e dará vista do processo, por dez dias, ao procurador, que requererá o que for de direito, aguardando-se a captura ou apresentação voluntária do insubmisso, se nenhuma formalidade tiver sido omitida ou após cumprimento das diligências requeridas.
  - (E) Aplica-se ao processo de insubmissão, para sua instrução e julgamento, o disposto para o processo de deserção de praça.